



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **PODER EXECUTIVO**

**L E I 2 5 6 0, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024**

**ALTERA OS ARTIGOS 16, 17 E 28 DA LEI MUNICIPAL Nº 2404 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.**

**O Prefeito do Município de Telêmaco Borba**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 81, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada na íntegra a redação do art. 16 da Lei Municipal nº 2404 de 17 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 16** - O CMDCA, vinculado e não subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com previsão orçamentária própria, é composto por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, assim discriminados:

**I.** 7 (sete) membros representantes governamentais, dentre as áreas das políticas sociais, assim distribuídos:

- a)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Recreação;
- e)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Indústria Convencional;
- f)** 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- g)** 1 (um) representante da Secretaria Geral de Governo.

**II.** 7 (sete) membros representantes da sociedade civil organizada, que atuem e executem atividades na área da criança e do adolescente.

**§1º** - A seleção das organizações mencionadas no inciso II, do caput, se dará nas Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de votação direta de inscrições previamente apresentadas, e respeitando o número de representantes, que serão 7 (sete), ficando as demais organizações inscritas não eleitas, na forma de suplentes.

**§2º** - Na perda de mandato (art. 19, inciso I), de membro representante da sociedade civil organizada, esta será substituído



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

por um representante que tenha recebido votos na última eleição na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando do maior para o menor número de votos obtidos em tal, logo a suplente;

**§ 3º** - O representante da sociedade civil organizada será convocado mediante Resolução do CMDCA;

**§ 4º** - Os representantes da sociedade civil organizada mencionados no inciso II deste caput devem ter área de atuação, com sede no Município;

**§ 5º** - Os titulares e respectivos suplentes representantes do poder executivo Municipal serão indicados pelo Prefeito, que poderá destituí-los ad nutum.

**Art. 2º** Fica alterada a redação do art. 17 da Lei Municipal nº 2404 de 17 de novembro de 2021, acrescentando o inciso I e II, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 17** - O mandato dos conselheiros titulares e respectivos suplentes será de 2 (dois) anos, conforme: (NR)

**I.** Admitindo-se a reeleição ou indicação subsequente por uma única vez para membros representantes governamentais, para mandatos seguidos;

**II.** Admitindo-se a reeleição ou indicação subsequente para membros representantes da sociedade civil organizada, respeitando as necessidades locais e estabelecendo assim critério de reeleição aos representantes da sociedade civil, que em qualquer caso, deve submeter-se a uma nova eleição em Conferência Municipal, vedando a prorrogação de mandatos ou recondução automática, conforme rege o Parágrafo Único, art. 10, da Resolução CONANDA N.º 116/2006.

**§ 1º** - m caso de vacância, a nomeação do suplente será para completar o prazo do mandato substituído;

**§ 2º** - Perderá o mandato o Conselheiro que se desligar da entidade que representava à época de sua eleição.

**Art. 3º** Fica alterada a redação do art. 28 da Lei Municipal nº 2404/2021 de 17 de novembro de 2021, acrescentando o inciso I e II, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 28** - Na forma do disposto no art. 90, parágrafo único e art. 91 da Lei Nº 8.069/1990 cabe ao CMDCA efetuar o registro:



# **MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **PODER EXECUTIVO**

**I.** Das entidades não governamentais e governamentais que atuam e prestem atendimento às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, no município de Telêmaco Borba, ou que apresentem documentação do local onde prestam atendimento, independentemente que pleiteiem recursos. Executando os programas a que se refere o art. 90, caput e correspondentes às medidas previstas nos art. 101, 112 e 129, da Lei nº 8.069/1990;

- a)** Com sede própria no município de Telêmaco Borba;
- b)** Com sede locada no município de Telêmaco Borba;
- c)** Regido pela legislação e diretrizes próprias para o tipo de serviço de atendimento que a entidade não governamental ou governamental venha a realizar.

**II.** Dos referidos programas de atendimento às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução ou que se pretende executar, por entidades governamentais ou não governamentais.

**Parágrafo único.** O CMDCA deverá também, no máximo a cada 2 (dois) anos, realizar o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de atendimento vigente; (Redação dada pela Lei nº 2.445/2022)

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ratificam-se os demais termos da Lei Municipal nº 2404 de 17 de novembro de 2021, que não foram alterados nesta Lei.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ**, em 29 de outubro de 2024.

*Marcio Artur de Matos*  
**Prefeito**

**PUBLICADO – Edição 2466**

Data: 29/10/2024 - Boletim Oficial  
do Município de Telêmaco Borba-PR